

A CIDADANIA E A CONDIÇÃO ÉTICO-POLÍTICA DO PROGRESSO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Aires José Rover
Doutorando do CPGD

“A preocupação pelo homem e por seu destino deve constituir o interesse fundamental subjacente a todo o empenho técnico, a preocupação com os grandes e ainda não resolvidos problemas da organização do trabalho e da distribuição de bens, a fim de que criações da mente humana venham a se constituir em benção e não maldição para toda a humanidade.”(1)

-I-

Dentre os mais diversos temas que agitam o meio jurídico-político na atualidade, um dos mais importantes é o do desenvolvimento tecnológico e suas consequências sociais, políticas e culturais. Fica sempre a pergunta: é possível que o desenvolvimento da tecnologia e da ciência modernas possa servir a uma nova forma de relação de poder no interior da sociedade, não baseado na dominação técnica, mas num projeto político-ético emancipatório?

O objetivo deste ensaio é tentar refletir sobre a questão posta, lembrando que o desenvolvimento tecnológico já não é coisa somente de primeiro mundo, mesmo que lá existam melhores subsídios para responder ao problema.

Como hipótese norteadora pode-se afirmar que o maior ou o menor grau de controle sobre o cidadão (pelos instrumentos informáticos) depende do nível de desenvolvimento político da sociedade, ou seja, está condicionado ao grau de comprometimento desta para com os valores democráticos, especialmente o ideal de liberdade. A cidadania só pode estar situada historicamente.

-II-

Hodiernamente, o homem vive num mundo em que a vagareza do ritmo biológico não determina mais a evolução da sociedade humana. O indivíduo (pós)moderno não tem mais tempo e por todos os lados está cercado por máquinas que, tirando-lhe a consciência de seu trabalho, tende a absorver sua capacidade de criação no mundo.

A era atual é a da alta velocidade, da velocidade de transporte e da velocidade de informações. Esta é o cerne do processo evolutivo da sociedade, que exige um número infinito de decisões e num intervalo de tempo o mais ínfimo possível. A economia

(1) EINSTEIN, Albert. Discurso proferido no instituto de tecnologia da Califórnia, em 1937.



e a política estão no centro dessa revolução, não sendo possível tratar uma sem a outra. A acumulação perpassa as duas instâncias.

Num processo de adaptação do sistema como um todo a acumulação econômica vem sendo restringida a um espaço relativamente menor, haja visto o avanço das reivindicações sociais e políticas. Surge daí uma demanda que historicamente vem sendo respondida pelo Estado e o conseqüente en-

grandecimento da estrutura burocrática estatal.

No Brasil esse processo vem ocorrendo de modo inverso. Primeiro há o fortalecimento do Estado autoritário; depois, o desenvolvimento da sociedade civil: o Estado - e não a sociedade brasileira - foi, nesse processo de acumulação, o agente principal.

Atualmente, ao nível mundial, em consequência daquele avanço da cidadania no seu sentido mais amplo, desde a luta pelos direitos civis, políticos e sociais(2), a acumulação econômica vem se reproduzindo em setores cada vez mais amplos e diferenciados.

Essa ampliação só está sendo possível graças ao complexo científico-tecnológico fundado a partir de uma racionalidade da neutralidade e previsibilidade onde o indivíduo passa a ser considerado o centro do universo: é

o projeto burguês em sua faceta descartiana (3). A informática, nesse sentido, é a evolução natural da razão instrumental. Neste nível do problema uma condição técnica é importante: como não se pode informatizar a desordem (4), ao homem coube aliar o seu potencial de criação à necessidade de organizar a vida em bases lógicas. Disso não se pode escapar. É preciso sim, instituir um pacto, um compromisso teórico que pressuponha uma reflexão crítica sobre a necessidade de conhecimentos especializados, sobre os limites de seu domínio sobre a natureza e os interesses da vida. A história tem demonstrado quão difícil é o controle desta razão instrumental.

É exatamente esta razão que, ampliando a possibilidade de acumulação de riquezas em nome do indivíduo, acaba colocando-o em risco, alienando-o (5). Isto acontece principalmente através da velocidade com que

(2) A história do avanço da cidadania na Inglaterra deu-se nesta direção: direitos civis, políticos e sociais.

(3) Observe-se que essa é uma proposta epistemológica e não ética.

(4) PORTNOFF, André-yves. O computador estúpido-entrevista: Isto É senhor. N1056, 13.12.89, p.6.

(5) A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo das coisas, isto é, o trabalhador-cidadão ao criar os bens, em ritmo cada vez mais veloz, vê-se diante de uma mercadoria independente dele, de um produto que se lhe opõe como um ser alienado.

as coisas acontecem. Mas, da substância, da velocidade, decorrem o acidente, as interrupções. É o acidente que nos torna conscientes da substância(6). Como não é possível eliminar os acidentes, a razão instrumental procura esquecê-los ou manipulá-los, submetendo a humanidade ao risco de eliminar a possibilidade do homem pensar em si mesmo. Tudo vira espetáculo. O indivíduo corre o risco de se alienar não apenas de si mesmo, como dizia MARX, mas do mundo (7).

A alienação pode ser vista como a outra face da cidadania gera o chamado abuso de poder. Vencer esses dois momentos (a alienação ao nível individual e social e o abuso de poder ao nível político) é tarefa importante para moldar a cidadania. A base dessa luta estaria na possibilidade de transgressão da ordem instituída (como ordem que não permite avanço), na manutenção de um espaço de poder simbólico sempre vazio em que o diferente pudesse surgir, na possibilidade de instalação do novo. É preciso uma democracia fundeada no dissenso, na liberdade e na mudança. Este é o primeiro pressuposto da democracia.

A história e a política encontram-se no ato do homem agir no mundo, criando o novo. A tecno-ciência as tem transfigurado (8). Passam a se apresentar como simulacros que apenas fazem brilhar os olhos, mas impedem de pensar, destruindo qualquer tipo de identidade ou territorialidade, coletiva ou individual. A política passa a ser uma intância da técnica, legitimando-se no fato de ser funcional ou de funcionar.

Eis o tema clássico da separação entre ética e política. Nessas circunstâncias acima expostas falta a visão ética de mundo onde o importante é o futuro, ou melhor, a geração futura. A sociedade atual não pode permitir a desvinculação desse ideal, buscando, por meio da política, o fim maior: a defesa da humanidade e a sua emancipação.

Assim, a questão que se impõe urgente é aquela que envolve, mesmo em condições aparentemente não propícias, a construção e manutenção da democracia. Seu pressuposto primeiro se materializa na existência de um espaço de debate livre das escolhas técnicas, que deverão ocorrer preferencialmente nas fábricas estratégicas da informática, nas indústrias de comunicação e no Estado. O segundo pressuposta da democracia exigência da hierarquização das decisões, subordinados os interesses técnico e instrumental ao interesse emancipatório. A democracia tem uma obrigação ética-política com o consenso e com a ordem.

Portanto, parte-se da necessidade de se erigir uma forma de organização da sociedade onde a ordem e a mudança sejam possíveis. Estes seriam os dois momentos da democracia, o dinâmico e o estático, donde brotaria a nova cidadania, renascida da unidade entre público e privado. Essa unidade só poderia ser erigida a partir da capacidade humana de criação, integrada, una. O agir criativo não teria fronteiras, nem limites entre trabalho manual e intelectual porque sua unidade estaria na sua opção pelo homem como um todo.

A nova cidadania é isso: novas relações de poder, novos consumidores não mais espectadores satisfazendo as necessidades que o sistema cria.

-III-

A informática aqui é vista como a estruturação dos caminhos da informação ou o complexo de tratamento racional da informação, bem como de sua transmissão, armazenamento, recuperação e reutilização por meio de máquinas ou sistemas automáticos. Se hoje o homem é mais alienado (massificado) que ontem, isto é devido ao avanço da informática. Porém, nada impede

(6) VIRILIO, Paul. Guerra Pura: a militarização do cotidiano. São Paulo: UNICAMP, 1986.

(7) ARENDT, Hanna. A condição humana. Trad. de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense; Rio de Janeiro: Salamandra; São Paulo: USP, 1981, p.266.

(8) VIRILIO dá o nome de trans-política para a política onde as decisões rápidas e em constante mutação.

que esses mesmos meios técnicos (de comunicação) sejam expostos à necessária revolução copernicana de valorização do homem, mesmo que o objeto da técnica seja completo, no sentido de que alcança o alvo desejado por si mesmo, sem interferência do homem (9). O lucro e a funcionalidade devem estar sujeitos à função ético-política; devem submeter-se a princípios e medidas disciplinadoras.

Visto que onde o perigo cresce, cresce também aquilo que salva (HELDERLIN)(10), a questão da informática pode ser o lugar de solução para esses problemas cruciais da sociedade moderna de massas. Em primeiro lugar a) deve-se partir para uma simplificação do sistema comunicacional, evitando-se todo e qualquer emperramento burocrático e técnico que apenas impede uma melhor compreensão dos caminhos percorridos pela informação, e por conseguinte, impede a melhor comunicação; deve-se em seguida entender que b) esse processo de modificação passa pelo reordenamento da organização do trabalho, tendo como encaminhamento primordial a descentralização das decisões. Hoje, a preocupação com o bem estar material são menos importantes que a modificação das condições de trabalho; também, tem-se que levar em conta que c) o ser humano deve ser o valor ético preponderante, acima dos interesses técnicos; e por último, d) a organização do conhecimento deve ser colocada acima de sua produção, o que deve desencadear uma nova forma de entender e praticar ciência, até então legitimada pelo seu potencial instrumental-produtivo.

Esses objetivos gerais, informadores da ação política responsável de uma sociedade preocupada com seu futuro, passam por fins mais específicos e particulares, como por exemplo, regular as conexões entre computadores; aumentar a transparência da produção e distribuição das informações; exigir o uso regulado das informações, ou seja, não permitir que a informação prestada para determinado objetivo seja utilizada para outro fim (); facilitar a publicação de informações; proteger aquelas de caráter privado. São medidas de um regime caracteristicamente aberto e que é reflexo de uma sociedade que também se organiza de forma transparente.

Esse conjunto de diretrizes pressupõe uma concepção diferente de progresso. A humanidade deve passar a construir sua história não mais a partir de uma atividade predatória do homem sobre a natureza e por conseguinte sobre o próprio homem. A relação de dominação que rege o mundo do interesse técnico não pode reger as relações no mundo da ação política, mas sim a cooperação. Esta teria a função de delimitar a ação sobre a natureza através do aprendizado e da educação. O homem pode ter, deseja ter, mas deve ser para isto educado. Trata-se do desenvolvimento de um método ecológico (ético-político) para a produção da vida material e a produção do mundo do saber, onde os intelectuais, cientistas e cidadãos em geral se sintam responsáveis pela vida.

Razão instrumental
Objetivo de agir criativamente sobre o mundo da natureza.
Relação de dominação da natureza através de sua manipulação
Interesse técnico-cognitivo
Instância privada da cidadania
Compromisso teórico-técnico funcional
Método instrumental

Razão emancipatória
Objetivo de agir criativamente sobre o mundo da cultura
Relação de cooperação através do aprendizado e da educação
Interesse prático-ético de emancipação
Instância pública da cidadania
Compromisso político-ético com a vida
Método eco-político

(9) Vide a técnica de regulação num modelo cibernético.

(10) VIRILIO. Guerra pura, p 103

(11) DIAS, Lia Ribeiro. Telemática, a vida vigiada: Revista Nacional de telecomunicações. Ano 4, N42. out.82, p.1.

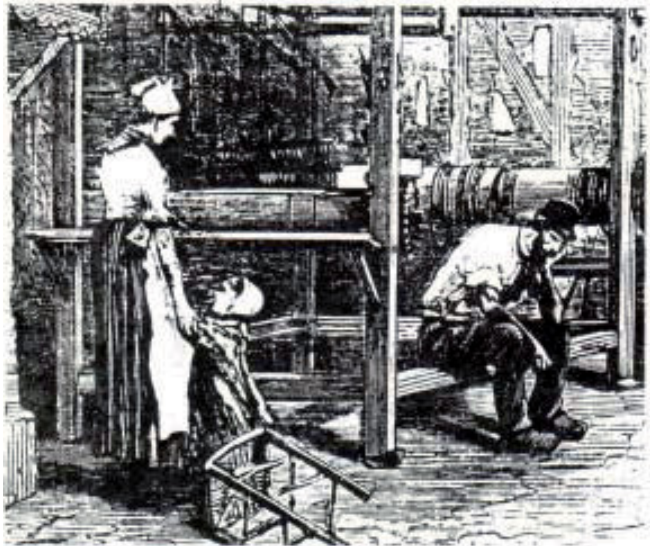
-IV-

Declarar essa crença é acreditar na necessidade do surgimento do novo cidadão, um homem cuja atuação e responsabilidade abrange não apenas uma parcela territorial da cidadania, mas todo o globo, bem como todas as atividades - no público e no privado. As incertezas são muitas e as dificuldades ainda maiores: a única certeza fatal que se vislumbra nas transformações encaminhadas pela informática até hoje, é o aumento da densidade de meios de intervenção da sociedade sobre si mesma(12).

O maior bem decorrente do progresso tecnológico não deve estar apenas em resolver problemas materiais da humanidade, mas sim em permitir que a sociedade pense por si mesma suas dificuldades, de maneira minimamente autônoma. Recria-se permanentemente a cena pública, e com ela o espaço privado.

Portanto, o progresso técnico não é em si um mal nem um bem, mas um instrumento para o desenvolvimento humano em geral. A sociedade em seu papel de arauto e defensora dos valores humanos deve construir mecanismos que não permitam o abuso do poder técnico daqueles que são exatamente os depositários de sua confiança. A nova cidadania exige um senso de responsabilidade e comprometimento com a humanidade, bem como um compromisso teórico-político que enseje a consciência dos perigos e das vantagens que o progresso proporciona. A razão instrumental que serve até então ao projeto de dominação, deve ser posta a serviço da emancipação do homem, buscando integrá-lo numa totalidade. Caso contrário, em vez do caminho estar voltado para a democracia, o atolho que leva ao totalitarismo poderá ser facilmente sustentado e legitimado pela tecnologia.

Dessa forma, o nível de consciência política, ética e até ecológica da sociedade determinará o maior ou o menor grau de controle sobre o cidadão; a cidadania e a democracia como formas de organização de uma sociedade só podem estar situadas historicamente. O que existe, existe a partir da história e é por isso que a ordem deriva da vontade dos atores, e que a partir do uso privilegiado de sua razão e da escolha (amorosa) pela vida humana, podem reinventar e melhorar as ordens existentes.



(12)TOURAINÉ, Alain. O pós-socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1988.